



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 64ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 22 de setembro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e um minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Cláudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 29/2015, do gabinete do vereador Aldonir Cabral, solicitando prorrogação de licença médica. Emenda nº 2 modificativa e aditiva ao Projeto de lei nº 98/2015. Subemenda nº 1 modificativa à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 98/2015. Emenda nº 3 modificativa ao Projeto de lei nº 98/2015. Emenda nº 4 supressiva ao Projeto de lei nº 98/2015. Emenda nº 5 modificativa ao Projeto de lei nº 98/2015. Emenda nº 1 modificativa e aditiva ao Projeto de lei nº 97/2015. Ofício de 21/09/2015, solicitando arquivamento da Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 97/2015. Moção nº 15/2015. Parecer nº 186 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 79 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 18 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 20 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Emenda nº 5 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 22 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Emenda nº 4 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 21 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 184 contrário da Comissão de Justiça e Redação às seguintes proposições: Emenda nº 3 ao Projeto de lei nº 98/2015; Emenda nº 4 ao Projeto de lei nº 98/2015; Emenda nº 5 ao Projeto de lei nº 98/2015; Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 19 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 do Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 183 contrário da Comissão de Justiça e Redação a Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 97/2015. Parecer nº 78 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 97/2015. Parecer nº 17 contrário da Comissão de Trabalho e Legislação Social à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 97/2015. Requerimentos nº 427 ao nº 441/2015. Indicação nº 1070 ao nº 1101/2015. Moção do Conselho Comunitário das Associações dos Moradores de Cascavel em apoio à criação da Guarda Municipal de Cascavel. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: João Paulo de Lima, Gugu Bueno, Romulo Quintino, Luiz Amélio Burgarelli, Paulo Porto, Cláudio Gaiteiro, Nei H. Haveroth, Luiz Frare e Rui Capelão. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ou destaque para a ordem do dia. - Vereador Celso Dal Molin: Queremos pedir que fosse colocado em pauta pra essa sessão o fato da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais não ser convidada pra dar parecer aos Projetos de lei nº 97 e nº 98, que teve duas emendas e não demos parecer nessas duas emendas. Gostaria de saber por que não fomos chamados, como Comissão, para as emendas que vieram a esses projetos? – Presidente: A distribuição dos projetos às Comissões permanentes é atribuição da diretoria legislativa que distribui tanto os projetos como as emendas pras Comissões correlatas. – Vereador Celso Dal Molin: Demos parecer no projeto nº 98 e a lei diz que: se nós demos parecer no projeto, temos que dar também às emendas. - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. Entendo que neste caso o vereador está correto. Não tem sentido dar um parecer agora e não dar na sequência, por isso queria me solidarizar com essa questão de ordem e com essa necessidade da Comissão também, dar seu parecer pras emendas. Obrigado. – Presidente: Questão de ordem registrada, mas não acatada, porque essa é uma atribuição da diretoria legislativa, E a emenda não foi distribuída pra todas as comissões, devido à natureza da matéria da própria emenda. Questão de ordem registrada, mas não acatada. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Peço a inclusão na pauta da próxima sessão, da inclusão do Projeto nº 52. – Presidente: Solicito a nossa secretaria que registre o seu pedido, vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 72/2015, que dispõe sobre reservas de vagas para veículos dirigidos por pessoas idosas e por pessoas com deficiência, em estacionamento regulamentado, nos locais que especifica, de autoria dos vereadores: Luiz Amélio Burgarelli e Pedro Martendal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Atendendo ao pedido do Cláudio Gaitero que tem algumas dúvidas, mais uma vez queria reforçar a ideia de que esse projeto vem corrigir um vácuo que existe na legislação, principalmente, quanto à localização das faixas, espaços destinados a idosos, portadores de deficiência e quando a sua localização não vai de encontro aos interesses das principais pessoas interessadas; que são exatamente idosos e deficientes. Colocamos esse projeto pra que, preferencialmente, não obrigatoriamente, quando naquela quadra seja ocupada por um estabelecimento público como: banco, fórum, estabelecimento de saúde, em detrimento de outros itens comerciais. E se tiver mais de um, nada impede que você tenha mais de uma vaga; uma vez que na legislação caiu o espaço privativo das farmácias. É uma iniciativa que deve ser acolhida por toda Casa, peço voto favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Ontem votei favorável, mas tenho uma dúvida no caso das casas lotéricas, porque a gente vê muito projeto bom, mas não estão sendo aplicados. Várias casas lotéricas que são na avenida e que não têm esse espaço, então como seria essa fiscalização? - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Não sei se tenho poder pra responder. Em primeiro lugar, a casa lotérica, se for pra jogos de azar, acredito que não precisa de vaga, não. Se for, no sentido de viabilidade bancária, acredito que seria bem vindo,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mas isso não diz que naquela quadra deve haver uma vaga pra idoso, deficiente e se houver mais de um estabelecimento o que deve ser eleito e, escolhido. Isso ficar a critério do trânsito e não do projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Referendar as palavras do Luiz Amélio Burgarelli, complementando aqui a explicação pra o vereador Fernando Winter. A Cettrans que organiza o trânsito, evidentemente, que tem toda legislação e a disponibilização de vagas pra deficientes e idosos; já consta do projeto e tem um número mínimo de vagas que tem que ser reservado ao trânsito. Evidentemente que ao reservar essas vagas, os técnicos colocarão essas vagas próximas a um estabelecimento comercial, que é os estabelecimentos mais utilizados por idosos, pessoas com deficiência e que têm dificuldade na mobilidade. E ontem, foi o dia de luta instituído legalmente em defesa da pessoa com deficiência. Os senhores acompanharam nos jornais a movimentação das entidades que defendem essas pessoas, e ficou demonstrado a dificuldade que elas têm pra se locomover. Mesmo cumprindo todas as determinações legais, ainda sobra a elas a dificuldade da sua limitação. Devemos minorar as dificuldades que eles já têm. Ressalto que devemos lembrar que, mesmo que não tenhamos em nossa família uma pessoa com deficiência, mas temos um idoso e, nós mesmos seremos idosos no dia de amanhã. O índice de idosos está aumentando, e temos que gerar condições pra que tenham um pouco mais de conforto. Peço que aprovemos essa lei por unanimidade. Conto com o voto de todos. – Presente: Continua em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em segundo votação, pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos a segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 97/2015, que dispõe sobre alterações no plano de cargos, vencimentos e carreiras do servidor público municipal, lei municipal nº 3.800/2004 e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Existe uma tristeza pelas emendas não terem passado e serem apreciadas por esta Casa. Quero agradecer ao Vanderlei Augusto da Silva que, nos ajudou na Comissão de Constituição e Justiça dando parecer favorável. A guarda municipal pra Cascavel é importante, por isso votei a favor, ontem. Voto também a favor da guarda municipal pra cidade, devido à importância dela; mas fico triste porque quando uma categoria está sendo formada, está se abandonando outra. Quero colocar uma situação: que a guarda existente no município preenche os requisitos legais e necessários pra uma guarda municipal. Em 2014, o Congresso Nacional decretou o regulamento e normas gerais da guarda municipal, que foi falada e que é a 13.022 de 2014; e esclarecendo em seu artigo 22, a aplicação dessa lei. Nessa lei, dá todos os argumentos pra uma nomenclatura de guarda patrimonial pra guarda municipal. Acredito que Cascavel ganha muito com a guarda municipal, mas perde quando uma categoria está sendo deixada pra trás. Votamos a favor, porque cremos que Cascavel, pela falta de segurança que não vem do Estado, do Governo Federal; precisa de reforço. Queremos lembrar deste dia, como



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o dia em que nasceu uma categoria e morreu outra; nos sentimos numa situação difícil, em poder ver a categoria da guarda patrimonial, esses homens e mulheres tinham que ser honrados e tinha que ser como um prêmio passar pra guarda municipal. O que este vereador pôde fazer, fez; pra que isso acontecesse, mas chegamos nesse ponto onde temos que decidir por sim, uma guarda municipal ou não. Como sou a favor da guarda municipal e era a favor que vocês estivessem nela; talvez vocês perderam uma luta e não a batalha. O que pude fazer eu fiz. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Eu tinha uma concepção de que a guarda municipal era desnecessária, desde que o Governo Federal desse as condições e os organismos federais cumprisse com sua função. É o que a gente vê! – Vereador Jorge Bocasanta: Governo estadual. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Estou dizendo federal, sim. Órgãos federais estão à míngua e, em greve. A Justiça Federal está em greve e esse país está falido; graças à gestão do seu Partido que foi um desastre. E isso reflete na segurança pública do país, que é um caos. Graças a alguns em Curitiba, que alguns amigos do seu Partido estão sendo bem alimentados pela Justiça Estadual, em Curitiba. Há problemas na Justiça Estadual na parte da segurança, muitos, e sendo assim, o município deve constitucionalmente cumprir sua parte. Na minha visão acredito que as pessoas que preenchessem o requisito mínimo da guarda municipal, pra participação na guarda patrimonial pudessem migrar pra o novo concurso. Algumas pessoas por problema físico ou idade e algumas que, estão na guarda patrimonial já estão adaptadas por mudança de função. Obviamente as pessoas teriam dificuldade; mas eu participaria de uma emenda onde pudesse haver uma migração pra outra função, mas tecnicamente dizem não ser possível. Colocando também, que seja um estímulo pra vocês continuarem no trabalho, estudando, investindo tanto na parte física como educacional, pra encarar esse concurso e ser bem sucedido. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: A segurança de Cascavel, com exceção das fronteiras, é do Governo Estadual. É fácil falar do Governo Federal, o difícil é cumprir horário no INPS e atender bem a população. Ser perito não é só ir lá e passar, tem que atender e cumprir horário. Se ele é perito é porque fez um concurso, mantido por nosso Partido. Aqui; não vem dizer é favorável. Vocês não podem ser tongos assim. É só derrubar essa lei e vem outra com adequação pra vocês entrarem na guarda; quem vota a favor, está mentindo pra vocês. É minha opinião! Podemos derrubar e não adianta vir jogar pra plateia, Celso Dal Molin, a sua emenda é excelente só que não aproveita esse povo; então vota contra. E eles que tragam uma coisa melhor e votaremos. O parecer está falando dos auditores que tinha várias congregações de funcionários de Santa Catarina, então os auditores fiscais, entraram vários tipos. Está acontecendo o seguinte: vão falir essa prefeitura pra o próximo prefeito não ser um bom prefeito. Estão deixando de utilizar uma mão de obra que já existe, pra criar outra e fazer essa bagunça. Precisamos de organização, quem não vota a favor da guarda municipal está votando contra, a princípio, desses servidores. Outra coisa: a segurança é dever do Estado. Vamos fazer mais um gasto, além de não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aproveitar o que tem, vão é criar mais e quem vai pagar essa conta? Vou pedir voto contrário, porque não podemos... Se a gente tiver uma empresa, onde temos funcionários e vamos precisar fazer uma mudança; esses funcionários deverão ser utilizados. É o princípio básico de qualquer administração. Chega dessas brigas, conheço o outro lado dela: não gosta de funcionário público, porque nunca foi votado por funcionário público. Vou pedir voto contrário, pra que eles façam novamente e venham aqui, utilizando esses cidadãos. Nem todos vão portar arma ou vão ter condições físicas e psicológicas pra ser guarda armada, mas o que for de utilidade; devem por no lugar e o resto é conversa fiada. Quem votar a favor dessa lei é a favor da fuzarca. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: A guarda patrimonial se reuniu comigo várias vezes e sempre deixei claro que ia ajudar, mas que meu voto é a favor da guarda municipal pra cidade. Não vi nenhuma emenda do senhor; não vi o senhor se reunir pra tentar ajudá-los, eu fiz isso. Ajudei e fiz o possível e tentei. Agora, se eu conseguisse nesse ato o senhor ia ter que dar o parecer junto comigo. Eles são cientes, estiveram comigo todo tempo e sempre falei que sou a favor da guarda municipal na cidade, com eles ou sem eles. – Vereador Jorge Bocasanta: Não precisa ficar atrás de votinho, aqui tem que votar e, estou votando. O mais importante é o voto, se você votar contra e mais gente votar contra; vão ter que retornar e fazer o que é necessário. Aqui, o que vale é o voto. Posso não fazer nada, mas se eu votar a favor do que eu acho, eu já fiz melhor do que fazer um monte de coisa e chegar e votar contrário. Era isso, peço voto contrário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Continuo me posicionando em defesa da segurança pública. E a criação da guarda municipal, com certeza é um passo em prol da segurança pública. Agora, o Projeto que nos veio, virou num retalho de emendas o que mostra que várias coisas não estão corretas no projeto. Vi até uma emenda pra vagas femininas, que foi colocado 6% de vagas. A emenda que apareceu: não concordo; mas acho que não deveria ter limitação da presença feminina na guarda. 50% da guarda é formada 50% masculina e 50% feminina e tudo dependerá da capacidade daqueles que participam do curso e suas condições pra exercer a função. Começam por aí, os erros. A participação dos cursos aos domingos e feriados, é um absurdo! Formei muitas escolas de bombeiros e, em nenhuma dei aula sábado e domingo; muito menos à noite. Penalidade de remuneração: colocar o cara pra trabalhar com 50% de perda na remuneração, como fala o projeto, é um absurdo! Não pode haver penalidade em cima da remuneração da pessoa, a não ser que ela falte em serviço; aí ela poderá perder os dias de trabalho; mas ter que trabalhar e perder a metade da remuneração é um absurdo. Não podemos concordar. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Jorge Bocasanta: Foi por isso que saí do Cascavel Velho, por uma penalidade de 50% do meu salário. Vou trabalhar por 50%? Prefiro ficar em casa. - Vereador Rui Capelão: Parabéns vereador! Sou contrário ao conteúdo da lei, não sou contrário à guarda. Sou contrário ao conteúdo do projeto, tínhamos que ter uma Secretaria de Segurança Comunitária montada pra planejar, organizar essa guarda municipal, com tudo que é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

necessário e pra depois formarmos a guarda, com quadro de treinamento já preparado pra essas pessoas trabalharem. São questões fundamentais que a gente não está vendo diante da lei e da vontade pública, neste sentido. E, a avaliação da guarda municipal pra saber dentro dela, quem vamos poder aproveitar dentro da guarda patrimonial; isso seria feito, através de um planejamento organizacional de uma Secretaria que deveria ser, acredito, a Secretaria de Assuntos Comunitários que deveria ser transformada numa Secretaria de Segurança e Assuntos Comunitários junto. Portanto, sou contrário daquilo que é mal encaminhado e mal feito e, que vem pra esta Casa pra votarmos. A favor da guarda vou votar sempre; mas votar a favor desse projeto muito mal montado, em cima da hora, pra nós votarmos essas questões, ficou bastante complicado! Este vereador, em respeito à criação da guarda e em respeito aos guardas patrimoniais, sou contrário ao projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Ontem, votei a favor. Mas hoje, não tendo sido avaliadas as emendas, que entendo que corrigiam o projeto, não tem outra saída a não ser votar contra. Quero fundamentar meu voto: temos prazo, segundo a lei que instituiu o estatuto das guardas municipais, tem 2 anos pra ser implantada, então temos tempo. Não sendo aprovado hoje, teremos tempo pra mandar outro projeto; onde incorpora a guarda patrimonial. Isso é possível! Tenho aqui, a Lei nº 14.522 de Curitiba e acredito que a Câmara de Curitiba tem uma assessoria jurídica tão competente como a nossa e, estando na capital está próximo dos Tribunais e tem conhecimento amíúde da situação e; lá foi incorporado. Essa lei foi sancionada em 2014 e segundo informações, não houve qualquer inconstitucionalidade nesta lei. Lá foi incorporada a guarda já existente e se criou a categoria de guarda municipal especial e a permanente. A especial era os que já estavam concursados exercendo as funções, que é o nosso caso. Aqui, apenas o Celso Dal Molin utilizou outro nome: classe I e classe II. Ao incorporar esses servidores, eles farão um curso de formação da guarda municipal e neste curso seria avaliada a possibilidade de quais servidores dos que já estão na guarda municipal e que poderiam portar armas e que poderiam exercer essa função, que seriam os guardas municipais, classe II. Os da classe I continuavam como guarda patrimonial. Estamos com dificuldade de recursos, mas há necessidade. Vamos manter aproximadamente 250 servidores da guarda patrimonial e, estamos criando mais 100 cargos. Incorporando a guarda patrimonial, não haveria necessidade desses novos 100 servidores. Segundo informações, estão sendo criados 100 cargos, mas serão utilizados de imediato, 50. Mais despesa e, teremos duas estruturas e entendo que o melhor é rejeitarmos esse projeto. Volta ao Executivo, apresenta um novo projeto incorporando a, guarda patrimonial. Faça uma seleção de quais vão poder exercer a função armada. Os que não têm, continuam como guarda patrimonial. Imagino que todos têm, mas se classifique. Inclusive, apresentei uma subemenda, onde colocava que seriam chamados por ordem de classificação. Chamariam os 50 mais bem colocados e isso incentivaria que, neste curso de formação esses 247; todos teriam o mesmo direito. Os 50 primeiros seriam chamados. Conto com os senhores vereadores votando contra o projeto. E sou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

favorável à guarda municipal, o meu voto contrário a esse projeto é pra que venha um projeto adequando e, que sejam aproveitados os servidores que lá estão; porque há a questão do direito adquirido que é discutível, mas podem exigir seu direito. Daqui a pouco entram com ação e a Justiça pode conceder e, a guarda municipal terá 350 membros. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Ontem, me chamaram de mãe Diná; porque arrisquei prever o resultado das emendas e falei na imprensa que, não ia passar nenhuma. E falei que hoje, viria sem medo e sem esperança. Sem medo do debate, mas sem nenhuma esperança que meus argumentos fossem vencedores. Na época que tive a honra de ser secretário de vocês, sempre defendi a guarda municipal e guarda armada. Fomos pra Diadema, pra conhecer a guarda municipal de lá, que é considerada a melhor do país. Ficamos lá tentando entender como funcionava, pra tentar trazer pra Cascavel. Vejo com muita simpatia um projeto pra guarda municipal, mas não posso ver com simpatia, um projeto que em nenhum momento se dispõe o Executivo a discutir, com os servidores. Teve uma reunião agora a pouco com o Executivo e, quando o Sindicato perguntou: - qual a saída? O chefe do Executivo disse: "não há saída, nem janela, nem porta." Fico pouco à vontade de votar, nessa guarda municipal. Quando digo autoritarismo do Executivo, me refiro ao chefe do Executivo que não negocia e não abre mão. Vejo com simpatia a guarda municipal, mas essa guarda municipal sem nenhuma emenda aprovada e sem debate; votarei contra. E peço voto contrário na expectativa e esperança vã, de que o Executivo reconsidere pra diálogo com o Sindicato, pra diálogo com categoria e, que nos mande um Projeto de lei oriundo e construído com a categoria; aí voto a favor. Hoje, votarei contra e peço voto contrário de maneira a pressionar o Executivo, pra que se reveja o diálogo. Até porque, temos tempo hábil pra pensar a guarda municipal. O meu voto é contrário, pela falta de respeito que o Executivo teve com a categoria e pelo respeito que tenho pela categoria. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Quero dizer que, esse momento é rico pra mim. Porque aprendi muito ouvindo os trabalhadores, através do Sindicato, ouvindo suas reivindicações e me assustou no primeiro dia, quando tivemos nesta Casa um projeto do governo, pedindo urgência. Quando se faz correndo as coisas, se corre o risco de haver problemas. Aprendi muito e também, fomos pesquisar a respeito de como se implantou essa guarda em outros municípios. E ficamos satisfeitos quando vimos de início que essa guarda patrimonial que aí está, teria todas as condições pra ser implantada, a guarda armada dentro dessa estrutura e, inclusive economizando cargos. O que faria bem pra economia do município. Ontem, votamos contrários; porque não tinha nenhuma esperança que nossas emendas, inclusive, falei que tinha esperança que a emenda que está sendo apresentada e bem fundamentada pelo vereador Celso Dal Molin, discutida com os trabalhadores, com os técnicos, que entendem muito da lei, votava contrário, ontem por discordar da forma como foi feita. Podemos errar, somos humanos; mas se a gente errar, se eu errar sozinho é problema meu. Mas é importante que se fizesse o debate e daí se errasse, que errasse junto. Faltou isso, a gente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lamentando que tenha havido pouca disposição de fazer o debate e colocar um projeto tão importante pra nós. Não ter sido colocado em debate com as categorias, que de fato entendem, e toda nossa sociedade. Já que o Rui Capelão colocou de 6% de mulheres pra o projeto, também entendo, inclusive tem nossa emenda e a Comissão de Justiça disse que: mulheres não têm que estar na guarda municipal. Podemos colocar aqui, lamentando então, que se discuta a questão de igualdade que temos entre homens e mulheres. Direitos têm que ser com equidade, homens e mulheres têm que ter o mesmo direito em todo serviço público. Sou favorável à edificação de uma guarda municipal, mas da forma que veio o projeto, somos contrários. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Desde o início quando esse projeto chegou, estabelecemos aquilo que essa Casa tem condições de fazer, dentro da legalidade. E buscar uma tentativa de adaptação de alguns aspectos, que era reivindicação da categoria. Fizemos algumas reuniões, não todas em conjunto com o vereador Celso Dal Molin, que sabemos que também, teve uma participação importante, mas a Casa Legislativa tem limites constitucionais e quando vem do Executivo ele acaba aqui na Câmara e, não podemos interferir; principalmente, quando se trata de cargos em alguns aspectos das emendas. Pra ajudar a entender o projeto que estamos discutindo, quando o vereador Celso Dal Molin colocou a emenda, retornava tudo ao artigo 14, que era exigência do concurso público e neste sentido, não mudaria em nada a reivindicação da categoria, no sentido de aproveitar. Porque claro que a categoria está composta de muitos profissionais que estão preparados e que poderiam, de alguma forma, se a legislação ou se o Poder Executivo tivesse entendido dessa forma. Teve um projeto de agente de segurança que entrou nesta Casa de Leis em 2010 e ficou até final de 2012, pra ser votado. Não entraram em entendimento e a categoria e o sindicato entrou na Justiça e está tramitando esse projeto. A questão de atropelar ou dar prazo pra chegar a um consenso, uma situação legal cai por terra; quando temos um processo anterior a isso, que acaba comprometendo toda situação. E, sobre a questão da quantidade de sexo feminino e masculino que está no projeto nº 98; ele estabelece o mínimo de 6% não existe o máximo. Só pra ser coerente e ajudar; neste sentido de que não está limitando no máximo a categoria, o projeto nº 98 não estabelece limites e sim, o mínimo de profissionais femininos. O município de Cascavel merece uma Secretaria de Segurança pelo porte que temos. Acredito que os próximos passos do Poder Executivo, seja deste mandato ou do outro, terá que ter uma Secretaria de Segurança e reformular essas categorias que estão sendo criadas, hoje. E fazer novamente adaptações de legislação, criando uma nova estrutura de segurança pra o município, mais cedo ou mais tarde terá que ter esse tipo de situação. A categoria está no direito dela de buscar seu direito, mas estamos limitados por não poder interferir num projeto na questão de emendas e o posicionamento de votar contra ou a favor também, é pertinente; mas este vereador tem recebido muitas reivindicações da população sobre a questão, principalmente dos parques, que temos dificuldade dos guardas colocarem em risco suas vidas, porque a violência a que estão expostos hoje, ninguém consegue garantir.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

É importante que tenhamos e compreensão de estar neste momento. É um passo que está dando, mas que isso não é um ponto final nesta discussão, sempre vai ter possibilidade de ser recuperada alguma situação. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Basicamente, estamos discutindo o nº 97 e nº 98. O que está sendo discutido é o nº 97, mas a mesma discussão está sendo feita com o nº 98; esses 2 projetos que criam a guarda municipal em Cascavel. O vereador Paulo Porto disse que sabia que as emendas não passariam, porque ele, como professor, sabe que não pode votar nada contra o que ele jurou que é a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e também, o Regimento Interno desta Casa. Tivemos aqui, um projeto de lei onde vai atender uma demanda pública. Sabemos da diferença de uma empresa privada pra uma pública; a empresa privada no momento que o funcionário se destacar vai ascendendo dentro da empresa. Estamos diante de projeto de uma empresa pública. Com todo entendimento muitos vereadores aqui, inclusive as lideranças da guarda, estreitamos a conversa com o Executivo Municipal, onde vieram a essa Casa três secretários. O diretor de recursos humanos, secretário Elton; secretário Alisson não pôde estar presente, mas mandou sua diretora de recursos humanos que deram todas as explicações com a presença do Dr. Luciano, procurador da Câmara de Cascavel. Ele sentou e diante de todas as dúvidas jurídicas, perante o projeto nº 97 e nº 98; falou-se da Lei 13.022, mas tudo foi procurado esclarecer, através de um alto conhecimento jurídico do Dr. Luciano. Tivemos pareceres contrários das emendas, muito bem analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e todas as comissões. Foi amplamente discutido. Gostaria de deixar claro que a TV Tarobá fez uma pesquisa, onde 78% da população de Cascavel quer a guarda municipal. Quem votar contra, estará votando contra o sonho da população de Cascavel, pra isso peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Ontem, falei que minha preocupação era saber de onde sairia o dinheiro pra pagar. A guarda municipal de Foz do Iguaçu faz um trabalho muito bom e falei que era favorável à criação da guarda municipal armada, em Cascavel. Falei que tinha a preocupação de que a guarda armada estaria sendo constituída pra cuidar, principalmente dos bens públicos e da classe política; já que passamos por um momento delicado. Nós, falo de todos os políticos do país, não temos muita moral pra falar; não faço parte do meio, mas estou no meio. Sei que a população está ansiosa por questão de segurança, eu que tive em minha casa e negócios mais de 55 arrombamentos e assaltos, sei que é importante. Também conheço o nobre prefeito e sei que é um homem que impõe, não é de muita conversa. Quando mandou seus secretários pra conversar, conversamos de porta fechada e a imprensa não pôde participar. Sou favorável à criação da guarda municipal, acredito que poderia fazer diferente, mas não sou o Executivo desse município, sou apenas um legislador. Faria muita coisa diferente, mas me falaram: “você é apenas um vereador, você só tem um voto.” Vou votar pelo meu voto, porque sou a favor da criação da guarda municipal, apesar de achar que poderia incorporar, e vejo que os que estão hoje, na guarda



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

patrimonial entrarão na justiça pra incorporar. Votamos aqui, há poucos dias, a questão da bilhetagem eletrônica. Teve várias entrevistas falando que a passagem seria R\$ 2,50 e não R\$ 2,90. Até hoje estamos aguardando, porque o presidente da Cettrans falou, estamos aguardando. Gostaria de cutucar o nobre líder do governo que, tomasse providência pra baixar o preço da passagem em Cascavel. Sabemos como Cascavel é administrada, ou nos encaixamos e tentamos fazer o trabalho um pouco diferente; mas muitas vezes bater em bigorna com a marreta, a única coisa que você vai conseguir é fazer barulho. Eu faria diferente, mas quero a criação da guarda municipal, por isso votarei favorável; apesar de achar que poderia conversar, principalmente de portas abertas pra comunidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Votei contra o pedido de urgência. Procuramos discutir com os representantes da categoria, no que foi possível a tramitação desse projeto. O vereador Celso Dal Molin apresentou duas emendas e demos voto favorável; não fomos vitoriosos na Comissão. Fui contra as emendas do vereador Professor Paulino, porque entendi que não era coerente. No entanto, as demais emendas nas demais Comissões receberam parecer contrário e não foram à discussão. Reconheço o trabalho de cada um de vocês, não sei qual será o encaminhamento da categoria, se vão ou não à Justiça; eu e o vereador Celso Dal Molin, encaminhamos na mesma situação esse projeto, porque bati em muitas casas e as pessoas diziam: “o que você vai fazer com a segurança?” - Em nome do Conselho de Associações de Moradores, em nome das comunidades, defender a criação da guarda municipal de Cascavel. Portanto, não posso ter 2 caras e dizer, tentei na emenda, fiz minha parte; mas não posso ser contra a criação da guarda municipal. As duas coisas são importantes: a guarda patrimonial tem seu trabalho e sei da importância de vocês, mas também sei da importância que tem a guarda municipal. Hoje de manhã, o jurídico da Câmara, o assessor da Comissão de Justiça e Redação diziam pra nós: “é inconstitucional e tem que votar contra”, mas na emenda do vereador Celso Dal Molin votei a favor. Votarei a favor do projeto, porque defendi a criação da guarda municipal, mas lamento as emendas do vereador Celso Dal Molin não terem passado. Obrigado. – Presidente: Em votação; proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Waldir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão e Paulo Porto) – Secretário: Com 15 votos favoráveis e 5 contrários, o Projeto de lei nº 97/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 15 votos favoráveis e 5 contrários, Projeto de lei nº 97/2015 aprovado em segunda votação. Passamos pra deliberação da emenda modificativa nº 1 do Projeto de lei nº 98/2015, que cria a guarda municipal de Cascavel, Estado do Paraná e dá outras providências. Em discussão a emenda. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; emenda aprovada pela totalidade dos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 98/2015, que cria a guarda municipal de Cascavel, Estado do Paraná e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação; proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão e Paulo Porto) – Secretário: Com 15 votos favoráveis e 5 contrários, Projeto de lei nº 98/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 15 votos favoráveis e 5 contrários, Projeto de lei nº 98/2015 aprovado em segunda votação. Temos os seguintes requerimentos: requerimento nº 427 do vereador Professor Paulino, que requer informações à Secretaria de Meio Ambiente sobre cronograma de manutenção de iluminação no Parque ambiental Victorino Sartori, no bairro Guarujá. O requerimento nº 428 do vereador Jorge Menegatti, que requer informações da Secretaria Municipal de Ação Comunitária de Cascavel. O requerimento nº 429 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer à Secretaria Municipal de Educação, informações acerca de custos mensais de cada criança nos Cmei's e ensino regular. O nº 420, de autoria do vereador Jorge Menegatti, requer informações da Companhia de Habitação de Cascavel. Requerimento nº 431 de autoria do vereador Pedro Martendal, que requer à Secretaria Municipal de Saúde informações acerca da UPA Pediátrica. O requerimento nº 432 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, referente a número de leitos de UTI, do Hospital Universitário. O requerimento nº 433 é da Comissão de Educação, Cultura e Desporto que requer informações do Poder Executivo Municipal. O requerimento nº 434 de autoria do vereador Gugu Bueno, com apoio da totalidade dos senhores vereadores requer ao excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, providências para a implantação da Vara Privativa do Júri de Cascavel. O requerimento nº 435 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer que seja encaminhada a Cettrans solicitando as seguintes informações que visem o interesse público pra população de caso. O requerimento nº 436, de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações ao município sobre a concessão de área rural denominada Lote 104-A - loteamento Fazenda Piquiri. O requerimento nº 437 de autoria do vereador Professor Paulino, requer informações à Secretaria Municipal competente a respeito da ausência da galeria de águas pluviais e de bocas de lobo, nas ruas do Jardim Colônia. Requerimento nº 438 de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações ao município acerca da Lei nº 6.620/2013. Requerimento nº 439 de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações ao município acerca das obras de reforma e ampliação da escola Maria Tereza Abreu de Figueiredo. Requerimento nº 440 de autoria do vereador Professor Paulino, requer informações à Sanepar a respeito de vazamentos em caixas coletoras em muitas ruas do bairro Guarujá. Requerimento nº



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

441 de autoria do vereador Professor Paulino, requer informações à Secretaria Municipal de Saúde sobre cronograma de obras e de valores, referentes à construção da UPA Sanga Funda, nos termos que especifica. Pergunto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos demais. (-Consenso). Havendo consenso, coloco em discussão os requerimentos nº 427, nº 428, nº 429, nº 430, nº 431, nº 432, nº 433, nº 434, nº 435, nº 436, nº 437, nº 439, nº 440 e nº 441. Em discussão os requerimentos. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários, que se manifestem. Todos os requerimentos lidos nesta sessão, aprovados pelos senhores vereadores. Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores: João Paulo de Lima, Gugu Bueno, Romulo Quintino, Luiz Amélio Burgarelli, Paulo Porto, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth, Luiz Frare e Rui Capelão. Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: Estivemos quinta-feira e sexta-feira, participando de um seminário de vereadores em Foz do Iguaçu, promovido pela Acamop. Fiquei impressionado com o resultado e bom andamento daquele seminário, muito enfatizado por todos; a grande atuação do novo presidente dessa associação, vereador Romulo Quintino, juntamente com o Coquinho de Foz do Iguaçu e demais membros e também, juntamente com o Jaime Vasatta, tesoureiro. Pra ressaltar a honra que tivemos em participar. Tivemos a presença do vereador Nei Haveroth, Ganso Sem Limite, Paulo Porto e Gugu Bueno. E também, nosso colega Paulo Porto que acompanhou a fala também, sobre assuntos indígenas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Gostaria de parabenizar pela direção da Acamop, o vereador Romulo Quintino e Jaime Vasatta, publicamente; porque foi desenvolvido um debate muito difícil, em especial na questão indígena e de maneira muito equilibrada pela Acamop; em especial pelo palestrante e pela posição dos vereadores. Queria parabenizar, porque foi um debate num local neutro. A Acamop não quis tirar dividendos eleitorais neste debate, como vem fazendo Élio Rusch, e outros agentes políticos, que querem tirar dividendos eleitorais do pânico que a população está tendo, neste debate. Debate equilibrado, num local neutro e que com certeza pode ser o início de tentar resolver esse problema de maneira madura, equilibrada e sem conflito. Parabéns, Acamop, na figura do presidente Romulo Quintino e também, Jaime Vasatta! – Vereador Cláudio Gaitero: Aproveitando nessa mesma linha, o encontro foi apartidário. Lá tinha vereadores do PT, PSDB, PSL, todos os partidos fazendo um amplo debate sobre diversas situações que abrangem nossa região, como a cota mínima pra compras na região da fronteira; a questão do Consamu, onde foi levada uma moção ao Ministério da Saúde, pedindo que se pronuncie a respeito da situação do Consamu e, que habilite então aquelas situações pra que o Consamu possa receber as verbas, pra que ande o Consamu aqui, no município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Queria registrar meu agradecimento pelo trabalho dos colegas, em defesa da nossa classe. Parabéns Jaime Vasatta e Romulo Quintino por estarem defendendo os vereadores e mostrando o trabalho que os vereadores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

realizam. Temos 3 poderes, todos em igualdade, embora independentes. Esse trabalho que o Romulo Quintino está desenvolvendo, juntamente com Jaime Vasatta e sua equipe enobrece a função do vereador. Parabéns! E queria estar lá, tinha me programado, mas infelizmente com a viagem da minha esposa inviabilizou minha ida. Aproveitando, tenho um compromisso e peço pra me retirar. – Presidente: Autorizado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado! Um dos itens que Vossa Excelência tocou é a valorização das Câmaras dos Vereadores e isso foi muito evidenciado, neste evento. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Agradecer em nome da Acamop pelas palavras e agradecer aos demais companheiros que estiveram ali. A entidade passa por um momento de fortalecimento. São temas que foram sugeridos pelos vereadores, pra que a Acamop estivesse encabeçando e levando aos órgãos competentes, pra tomarem as medidas necessárias. Agradeço pela confiança depositada na entidade e estamos, enquanto entidade, sempre à disposição pra poder servir. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Estavam presentes 70 vereadores com a maioria dos presidentes das Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná. Só pra lembrar, a grande participação do nosso diretor legislativo, nosso colega Mário Galavoti, que fez uma excelente palestra lá para os vereadores. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Primeiro, quero parabenizar o Governo do Estado do Paraná. Temos que elogiar, porque essas 6.000 cirurgias foi fruto do trabalho da CPI da Saúde, enquanto eu, vereador Gugu Bueno e Jaime Vasatta participamos. Parabenizar, o Executivo Municipal por entrar com essa iniciativa de entrar com um percentual e outra parte do Governo do Estado. Agora, quero falar sobre a Cettrans. Este final de semana, lá na região sul, onde eu e o vereador Walmir Severgnini temos nossa base eleitoral lá, moramos lá; mas nunca utilizei os mecanismos da Cettrans. No final de semana é difícil falar com a Cettrans; houve um evento no final de semana na comunidade, onde houve vários veículos trancando a entrada de veículos de suas casas e fui procurado por pessoas que pediam pra que a gente acionasse a Cettrans, pra que ela tomasse providências ali no Veneza. Queria mostrar um vídeo que preparamos. (Exibição de vídeo). Fiz esse vídeo, porque na hora de apontar o radar pra autuar é fácil, mas na hora que o povo precisa da Cettrans, não encontra; principalmente final de semana. Lamento, porque existe uma equipe de rua fazendo um serviço. Mas se você pegar o telefone e ligar: olha estou precisando que me ajudem no trânsito da cidade, não existe um operador de telefone e inclusive, um rádio que essa pessoa possa passar uma mensagem aos agentes de trânsito que estão na rua. Fica difícil! Quero passar agora umas fotos da feira do pequeno produtor. Essas são as fotos de como está o trânsito caótico, no dia da feira. Um lugar espetacular, ficou muito bacana; agora, a Cettrans tem que estar lá controlando o trânsito ou vamos deixar pra o batalhão de trânsito controlar e fechar o órgão? Essas são as fotos da rua Castro Alves, um transtorno que está ocorrendo nesta região e, não temos o apoio da Cettrans. Quando falo aqui, que a Cettrans cobra as multas; se cobram, o infrator infelizmente cometeu a infração e tem que levar a multa, mas automaticamente ele também, quer ser um cidadão de Cascavel que possa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pagar, mas por um trânsito decente. Por último me passa as obras do Bid, que é outra situação complicada que gostaria que pelo menos a Cettrans verificasse e colocasse agentes 3 quadras antes. Porque pelo menos orienta os condutores a usarem as ruas paralelas da cidade. Pra finalizar, estou fazendo um pedido pra que possamos analisar, pra que a Câmara possa contratar um laboratório e nós fiscalizarmos as tintas, que parece tinta guache, que é passada nos asfaltos da cidade; porque a partir do momento que chove, você não encontra mais a tinta. A partir do momento que as empresas ganham a licitação e não são competentes pra resolver o problema, que nós possamos então, dar qualidade e sustentabilidade pra isso. Gostaria de pedir o auxílio desta Câmara que já está nos ajudando em várias Comissões, frentes de trabalho e, diferente da última gestão que não tínhamos esse acesso. E, então quero parabenizar o presidente que, quando a gente cobra ele nos ajuda. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero fazer coro a vossa manifestação e poderemos requer juntos a Cettrans um telefone, que seja público e que esteja de plantão e, que alguém atenda. Em todos os cantos da cidade, poderemos a cada momento estar cobrando a Cettrans, dentro da administração do que é possível, hoje. Ela tem sido sensível às mudanças. Não concordamos que o telefone, fique sem atendimento. É importante pra nós, melhorar o atendimento à população de Cascavel e também, que o órgão disponibilize esse telefone. Podemos fazer um requerimento juntos, uma indicação pra que a Cettrans tome as providências. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Obrigado, sei que o senhor, como conselheiro, juntamente com o vereador Luiz Frare que está ocupando minha cadeira lá; porque saí da Cettrans. Porque se for pra ficar aumentando taxa, estou fora. Concordo com Vossa Excelência, mas não vai ser por indicação ou o presidente da Companhia assume sua responsabilidade ou nós, bateremos na porta desse presidente pra ver se ele se encontra lá; porque isso não é um pedido desse vereador, mas um pedido da população de Cascavel, de que nos finais de semana não conseguem falar com a Cettrans. Obrigado. – Presidente: Vossa Excelência formalize sua suspeita sobre a tinta, que com toda certeza determinarei uma empresa, pra fazer essa verificação. - Vereador João Paulo de Lima: Agradeço, já havia encerrado, mas quero repassar 20 segundos pra o vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: É importante sua fala. Também tive dificuldades tanto é que você me passou mensagem, pedindo telefone de algum agente de trânsito. Passei alguns, tentei também, não consegui e pergunto: caso de acidente como faz? Precisamos conversar com o pessoal da Cettrans, pra que coloque um plantão, no final de semana. João Paulo de Lima, estou de acordo com sua fala. – Presidente: Com a palavra vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Na última vez que utilizei a tribuna fiz um pedido, mas hoje quero fazer um lamento. Mas antes quero terminar de responder ao vereador João Paulo de Lima, dizer que este vereador se prontificou, que foi atrás da administração da Cettrans e perguntou se: todo aquele 1 milhão de tinta que o senhor falou que tinha sido comprado e qual o planejamento de aplicação daquela tinta. Não foi 1 milhão, foi feito um processo licitatório, através de um registro de preço e a Cettrans vai pegando a quantidade de tinta de acordo com a possibilidade



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de caixa que ela tem pra pagar, mas temos muita tinta pra comprar e a cidade vai ser contemplada, conforme sua reivindicação. E levei essa reivindicação até a administração e por sinal, bem conduzida anteriormente, por membros do seu Partido, senhor Jorge Langer que também, presidiu a Cettrans, que vem nos últimos anos melhorando. Quanto à multa de trânsito, acredito que se alguém está levando multa é porque está errado, e o trânsito precisa de motoristas conscientes. Voltando ao assunto principal: o que me traz aqui hoje, é um lamento ao Contran. Fizemos uma moção aqui, repudiando a exigência do simulador nas autoescolas, mas a atitude que teve o Contran há alguns dias atrás de tornar desobrigatório o extintor de incêndio em veículos, é uma medida descabida que mostra que o país está virando de perna pra o ar, mesmo. Primeiro, querem um extintor de melhor qualidade; porque o que tinha não podia. A partir do momento que teve dificuldade de aplicação, de ter o material à disposição da população, na sequência o extintor deixou de ser obrigatório: que atitude é essa? Até quando o Contran vai continuar legislando no nosso país, sem passar certas prerrogativas que são afeitas a grande massa da população e não passasse pela Câmara de Deputados. Acho inconcebível, o Contran ter o poder de tomar uma decisão tão lastimável como essa, que tomou. Só em Cascavel o que o Corpo de Bombeiros atendeu até julho deste ano, foi 49 ocorrências de incêndio de veículos. Fora, o que as pessoas apagaram e não chamaram o Corpo de Bombeiros e isso, não fica nas estatísticas. Além da questão de segurança, já precisei utilizar em meu veículo extintor. Se o veículo novo não precisar mais de extintor, não virá mais com o suporte de acoplar. O cidadão que quer proteger seu bem, onde colocará o extintor? Um extintor solto dentro de um veículo pode provocar um acidente interno com as pessoas. É lamentável que o Contran, tome certas atitudes e que precisa do Congresso Nacional. Nós; enquanto representantes da população, se manifestar sobre essa barbaridade e não vou entrar na questão social e econômica; mas também a situação social e econômica: o brasileiro se não for obrigatório, não vai utilizar. Se não precisar colocar o ponto na carteira, por não ter o extintor, até concordo; mas desobrigar, além da perda material e riscos, as pessoas que muitas vezes, vai ter um veículo estacionado ao lado vai ter seu bem também, prejudicado. É preciso que tentemos manifestar contrário, porque não é possível conceber tal arbitrariedade. A questão social e econômica também vai ser atingida e quantos empregos deixarão de existir do dia pra noite? E o Contran, simplesmente, atendendo não sei a quem; está tomando essas medidas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Em 98 a Contran determinou o quite de primeiros socorros, uma grande bobagem. Não serviu pra nada e agora a pouco tempo foi obrigatório à mudança do extintor. Apareceu no jornal, um cidadão que investiu 200 mil reais, neste novo extintor e quem vai pagar esse prejuízo? O Brasil está sem norma. Acredito que é um instrumento importante, o extintor. E agora estamos nessa situação toda. (-Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Como falamos anteriormente, a respeito da Acamop. Lá em Foz do Iguaçu; foi falado tanto da valorização dos vereadores, quem sabe parte da sua iniciativa uma moção ao Contran ou a quem for pertinente, pra que nós demonstremos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o repúdio dessa nova iniciativa do Contran. (-Um aparte) - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Discordo. Lamento que no país não há planejamento. Já tive problema de incêndio e, aquele extintor não serve pra nada. Se não fosse socorrido por um grande extintor teria virado sucata; isso não funciona num incêndio de carro, realmente! Pena, que demorou muito pra se ver! Também penso que, a decisão poderia ficar em aberto e como tudo neste país deveria ser. Obrigado! Impõe-se e faculta-se, acho que é um caminho assim como as próprias empresas públicas e privadas que têm que ter “n” extintores. Se houver um grande incêndio, não vai servir pra nada, vai ter que usar o bombeiro. Pra mim, o extintor fica bonito decorando as paredes. É o que penso! – Vereador Nei H. Haveroth: Discordo, mas respeito, porque muitas vezes utilizei o extintor e se for usado no início do incêndio é muito eficiente. O motivo que se alega de não poder usar o extintor não cabe, porque está escrito no manual. Não é concebível o cidadão que tira uma carteira de motorista não aprender a usar um extintor, então não pode ter carteira de habilitação. Lógico que, dependendo da situação um extintor é pouco, mas pra princípio de incêndio é suficiente. Quero parabenizar o vereador Romulo Quintino, a Acamop, a participação dos vereadores de Cascavel em Foz do Iguaçu, principalmente algumas palestras. Acentuar aqui, a participação do nosso companheiro da UVB, que nos ensinou muitas coisas sobre o Legislativo e também, parabenizar o 2º Acampamento Farroupilha que ocorreu em frente a essa Casa. Muito obrigado. – Presidente: Assuma a presidência, vereador Luiz Frare. – Vereador Gugu Bueno: O que me traz a tribuna, hoje é que amanhã e a convite da Dra. Filomar, juíza da primeira vara criminal e do Dr. Sérgio Kreuz, diretor do fórum, estaremos acompanhando algumas lideranças da cidade de Cascavel, numa reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, onde estaremos entregando requerimento aprovado nesta tarde, pedindo a instauração em Cascavel de uma Vara Privativa do Tribunal do Júri. Quem atua na área do Direito, sabe que o Tribunal do Júri hoje, é cumulado com a primeira vara criminal. Obviamente que, isso acarreta já um acúmulo de serviços. Só pra se ter uma ideia: tramita na primeira vara criminal, algo entorno de 3.000 processos e temos uma média de homicídios consumados ou tentados de 250 anuais, na cidade de Cascavel. E obviamente que isso, infelizmente, acaba ocasionando que se você for hoje pautar um julgamento contra a vida no Tribunal do Júri, você vai conseguir só para daqui a 2 anos. É uma necessidade social, não podemos nos acomodar com aquela frase de que: a justiça tarda, mas não falha, porque quando tarda ela falha. A justiça só é feita, quando é feita no tempo certo. Não podemos imaginar um cidadão que teve um filho assassinado, possa imaginar que foi feita justiça, quando esse cidadão foi julgado daqui a 10, 15 anos. É um pedido importante e esperamos que amanhã, com essa comitiva de Cascavel, vamos tentar sensibilizar o presidente do Tribunal de Justiça pra que ele determine ainda amanhã, a instauração desta Vara Privativa do Tribunal do Júri. Amanhã, estaremos entregando em mãos o requerimento aprovado por esta Casa; pedindo a instauração da Vara Privativa do Tribunal do Júri. Agradeço a Vossas Excelências que estão cumprindo com a sua função de vereador e acompanhando as



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sessões até o final. A sessão não acaba quando é deliberada a ordem do dia. Ser vereador é muito mais que sentar nesta cadeira e votar, sim ou não. Ser vereador é uma atuação muito mais completa, inclusive ficar até o final da sessão, porque acredito que todos que usam a tribuna é pra falar de coisas importantes pra o dia a dia da cidade. Quero agradecer a todos os vereadores que de maneira contumaz ficam até o final da sessão. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Hoje pela manhã, venho colocar os vereadores a par do que aconteceu na república do Diamante. Com muita responsabilidade apuraram e tem sido alvo de constantes questionamentos, principalmente no que diz respeito à saúde de Cascavel. Vereador é aquele que está mais perto da população; aquele que ouve a insatisfação popular. O vereador é o ente político dentro da sistemática, porque é ele que está perto da comunidade e, hoje pela visita a república do Diamante, o nosso antes tão querido e prestigiado Cisop, hoje pela manhã de maneira voluntaria ali pelas 6 horas da manhã, mandei uma mensagem pra o Jaime Vasatta e resolvemos fazer uma visita despreziosa. Gostaríamos apenas de conferir denúncias que chegaram pra nós, por desengano de consciência. Não acreditando que aquilo pudesse ser verdade, chegamos lá e fomos conferir os estagiários e eles de fato fazem jus, que são da república do Diamante. Nos chegou uma denúncia, através de documentos com o empenho de 15 empenhos de compra de livros de Direito, ficamos curiosos; porque o Cisop cuida da saúde e então, ficamos curiosos quanto o empenho de livros de Direito, mas começamos a investigar e descobrimos que, tinha uma sobrinha do presidente que era estagiária do Cisop e que era estudante de Direito. E ficamos mais curiosos e nossa ação lá, hoje foi no sentido de ver se eles livros, realmente existiam. Pegamos os livros e na hora que abrimos, estava lá o nome da sobrinha do presidente, em todos os livros patrimoniados. Com número de patrimônio do Cisop, com o empenho na mão e o nome dela. Foi assustador! Um evidente emparelhamento de uma entidade tão séria e renomada como é o Cisop e, pra atender tão somente os interesses políticos do prefeito de Diamante do Sul, pra não falar dos equipamentos que desde 2012 os equipamentos estão parados, ficando obsoletos. E esses equipamentos poderiam estar fazendo exames que hoje, estão sendo feitos em outras clínicas particulares e pagos pelo Cisop. O Cisop paga pra fazer os exames em outras clínicas e os equipamentos estão lá parados desde 2012 e, aí ele teve a brilhante explicação de que: não tinha local pra colocar os equipamentos, que o local é apertado. Qualquer aluguel que fosse pago pra instalar aqueles aparelhos, justificaria os milhares de reais pagos em exames e aqueles equipamentos parados. Estamos lamentando essa mancha na entidade, que tem na sua fundação um nobre objetivo e quero chamar a atenção dos demais prefeitos que fazem parte do consórcio, que não coadunem com essa ação desse presidente, que não andem junto com esse presidente, no que diz respeito a essas ações. E temos um questionamento a fazer aos prefeitos que fazem parte do Conselho Fiscal: eles não viram ou não conferiram as notas de empenho do pagamento desses livros? Porque se eles viram e conferiram e mesmo assim, ainda concordaram é extremamente mais preocupante. A CPI está encaminhando seus trabalhos pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

finalização e gostaríamos de finalizar o mais breve possível, mas a nossa preocupação é muito grande. Hoje venho aqui, prestar conta pelo trabalho que temos feito: vereador Jaime Vasatta, vereador Jorge Bocasanta e mais uma vez deixar o apelo ao presidente do Cisop pra que volte pra república do Diamante, lá em seu município e lá ele faz o que quiser. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Devido o adiantado da hora, abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho ler um ofício que recebi do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo de Cascavel. Vou ler e compartilhar com vocês. *O Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo de Cascavel, por seu diretor presidente, vem com o devido respeito pela gentileza em nos representar na Casa de Leis, pra expor a todos os fatos. As empresas: Viação Capital e Pioneira estão afrontando toda comunidade, inclusive o Judiciário, Câmara de Vereadores ao circular ônibus convencional sem a presença de cobradores. Lembrando que, a sentença da 4ª Vara do Trabalho contemplou o descumprimento da convenção coletiva, sendo permitido a circulação sem cobradores dos chamados micrões e onde já estava operando o sistema de cartão. Lembrando que, o Sindicato mesmo assim recorreu à decisão regional do TRT, pra que o cumprimento seja total e não parcial, pra que todos os ônibus tenham a presença de cobradores, inclusive os denominados micrões. Ocorre que, nos demais ônibus foi sentenciado que, tem que haver presença de cobrador sob pena de multa de 10.000 por infração e as empresas estão descumprindo o comando sentencial, circulando inúmeros ônibus sem a presença de cobradores.* Essa nota diz que: a Justiça do Trabalho sentenciou pela manutenção dos cobradores de ônibus convencionais, exceto os micrões, conforme previsão da convenção coletiva. Ainda que haja a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica em todos os veículos do transporte público, de acordo com esta decisão judicial é preciso manter os cobradores nos ônibus convencionais. A ausência de cobradores nos ônibus convencionais é um desrespeito à legislação trabalhista e uma afronta ao Poder Judiciário e está havendo demissões que além de, prejudicar os trabalhadores, essa arbitrariedade furta os usuários do serviço; uma vez que o salário dos trabalhadores está incluso no preço da tarifa. Com as demissões os usuários passam a pagar por um serviço que deixou de ser prestado; embora em estado avançado de implementação. E até o momento não se viu o que se prometeu nesta tribuna: a redução das tarifas; conforme prometido pelas empresas e ainda assim, está havendo demissões. Prometeram reduzir as tarifas e não estão sendo reduzidas. As nossas análises estavam corretas, a lei foi sancionada para as empresas e não para os trabalhadores e usuários, assim como nós trabalharemos nesta Casa nas próximas semanas, a lei em relação à gratuidade que é uma lei que visa apenas maximizar o lucro das empresas em detrimento ao usuário. Mais uma vez essa Casa legisla na perspectiva do capital e das empresas de transporte urbano e segundo essa nota ao descumprir essa lei e não baixar a tarifa, as empresas seguem descumprindo a ordem judicial, desrespeitando a legislação trabalhista em prol da maximização dos lucros. Fica aqui nosso repúdio ao que vem acontecendo, no sentido que nos levantemos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contra isso e denunciemos; porque a bilhetagem eletrônica segundo ordem de sentença judicial não há problema existir, desde que seja respeitado o cobrador nos ônibus convencionais. Coisa que não vem acontecendo. Era o que eu tinha e, espero que essa Casa tome providências; porque foi aqui que votamos essa lei. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão e peço ao Jaime Vasatta que assuma a presidência. – Vereador Luiz Frare: Iria abrir mão da palavra, mas quero só fazer uma referência ao pronunciamento do vereador Paulo Porto e dizer a ele que: seria de bom alvitre ouvir o outro lado da história, porque pelo que me consta; houve uma emenda que não foram tirados aqueles cobradores e sim, estão sendo reaproveitados. Não houve promessa de redução de tarifas e sim, não aumento das tarifas. Seria de bom alvitre ouvir o outro lado da história. Quanto à lei nº 93, na hora propícia este vereador irá se referir. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Quanto sobre ainda o custo do transporte, sabemos que está aí esta semana os novos preços dos combustíveis; onde tiveram uma alta muito grande. Não sei como essas empresas vão conseguir, sendo que o diesel vai a R\$ 3,40, R\$ 3,50. – Vereador Luiz Frare: Muito bem colocado. Era isso. Obrigado. – Presidente. Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário